

ARQUITETURA BANDEIRISTA NA SERRA DO ITAPETI: UM CASO INTERESSANTE PARA O ESTUDO DA ARQUITETURA COLONIAL PAULISTA

Francisco de Carvalho Dias de Andrade*

Eduardo Costa*

Dentre as mais características manifestações da arquitetura antiga de São Paulo, está, sem dúvida, o que se convencionou chamar de “casa bandeirista”. Constituindo-se em um verdadeiro “tipo” da arquitetura colonial paulista – para lembrar o conceito arganiano – o partido bandeirista já foi mesmo definido como uma arquitetura “paravernacular” da antiga área de colonização vicentina. (LEMOS, 1999: 21)

O termo *bandeirista* é, geralmente, empregado para definir as casas-sede dos antigos estabelecimentos agrícolas disseminados por ampla área do Planalto Paulista, mais especificamente, pela região do vale do rio Tietê à jusante da cidade de São Paulo. E define-se pela presença, nessas sedes, do alpendre entalado, ladeado por dois cômodos de função social, sendo mais comum um servir como capela e outro como quarto de hóspedes, uma espacialidade a qual já se referia o jesuíta Manuel da Fonseca, em texto do século XVIII e que tem como ponto fulcral, a grande sala central que distribui os deslocamentos pelo resto dos cômodos. Construídas sempre com a técnica da taipa de pilão, é sempre cercada por uma camada de lajes de pedra e utiliza também madeiras nobres para o madeiramento do telhado e para as envasaduras, como a canela-preta e a embaúva.

Intimamente relacionada com o desenvolvimento de uma economia de abastecimento que foi sendo constituída no planalto a partir do início do século XVII, esse partido subsistiu em algumas áreas do território paulista durante o século XVIII e foi abandonada no século XIX, suplantada por novos hábitos de morar e trabalhar no campo advindos com a cultura do café. Despovoadas, a ruína foi o destino da maioria. Contudo, algumas casas que permaneceram sendo usadas por novos moradores – em sua maioria, pequenos lavradores caipiras – alcançaram o século XX em um estado razoável de conservação. Deu-se início, então, ao processo de redescoberta e posterior “patrimonialização” dessas antigas sedes rurais.

Embora o reconhecimento dessas arquiteturas como objetos de valor histórico e artístico esteja intimamente ligado à própria invenção de uma história paulista – como pode ser conferido na cuidadosa atenção despendida à essas casas por figuras como Washington Luiz – sua

* Historiador e Mestre em História pelo IFCH/UNICAMP.

* Arquiteto pela FEC/UNICAMP e Mestre em História pelo IFCH/UNICAMP.

valorização como patrimônio distintivo da arquitetura e do passado paulista, tanto material como intelectualmente, não pode ser vista em separado da figura proeminente de Luiz Saia.

Arquiteto formado pela Politécnica e diretor do SPHAN-SP desde 1941 até sua morte em 1975, Saia foi, em seu tempo, para todos os efeitos, o “Patrimônio” em São Paulo. (Cf. IPHAN, 2008) Coube a ele a executar as primeiras obras de restauro do SPHAN em São Paulo – experiências pioneiras no restauro da taipa de pilão no Brasil – e que tiveram, desde seu início, a casa rural seiscentista e setecentista como um de seus bens privilegiados. Assim, ainda na década de 1940, Saia esteve a frente das obras no sítio do Padre Inácio, em Cotia, e no sítio Santo Antonio, em São Roque, ambas ainda hoje em propriedade do IPHAN e dos mais emblemáticos exemplares da arquitetura colonial de São Paulo. Dessas primeiras experiências, resulta o primeiro texto de Saia sobre o tema, publicado em 1944 na Revista do Patrimônio: *Arquitetura rural paulista do segundo século*. (Cf. SAIA, 1944) Cabe notar que nesse texto não parece o termo “bandeirista”, sendo que Saia se limita, praticamente, a descrever e analisar os ainda poucos exemplares que tinha conseguido identificar em seus trabalhos de reconhecimento pelo SPHAN.

O termo “bandeirista” só foi cunhado por Saia em um texto por ele escrito em um contexto bem diferente daqueles anos iniciais, nos quais a familiaridade era pouca e qualquer tentativa de interpretação esbarrava na falta de conhecimentos mais aprofundados no tema. Sintomaticamente, o termo surge em um texto escrito por Saia pela ocasião da inauguração da “Casa do Bandeirante”, museu instalado em uma antiga casa seiscentista localizada no bairro do Butantã cujo restauro fora realizado por Saia e integrava os festejos pela comemoração do IV centenário da cidade de São Paulo. Assim, foi em meio a uma atmosfera festiva, na qual as formulações identitárias acerca do que seria o “ser paulista” (Cf. MARINS, 2003) refletiam-se na recriação mitológica do bandeirante, que Saia cunhou seu mais duradouro termo, que faria carreira nos estudos sobre a arquitetura colonial em nosso estado.

Contudo, mais importante que ressaltar as ligações entre a interpretação de Saia e um certo “ufanismo quatrocentão” – ao qual, de fato, ele sempre se mostrou pouco afeito – é perceber que sua conceituação acerca do que seria a casa bandeirista se referia a um tipo muito específico de casa rural dentro da história da arquitetura em São Paulo. Pois Saia traça uma separação entre o que para ele seria uma planta “clássica” da casa bandeirista, exemplarmente presente na casa do Pd. Inácio, e uma posterior degeneração do partido bandeirista. E vai além, relacionando cada uma dessas fases a um tipo humano próprio: à planta clássica corresponderia o paulista do século XVII, bandeirante heróico que desbravou o sertão, vinculando sua pretensa rusticidade ao caráter simples e despojado das casas mais antigas, nas quais a separação entre a

faixa fronteira social e a vida familiar seria mais rígida e a casa apresentava apenas um alpendre e uma grande sala central. Posteriormente, ao bandeirante conquistador seguiu-se um tipo humano mais “aburguesado”, sedentarizado e enriquecido pelo ouro das Minas Gerais. À essa figura corresponderia as mudanças espaciais na planta da casa rural paulista, que modificaria o partido bandeirista do século XVII, amolecendo a divisão entre faixa social e recintos da família e acrescentando um alpendre posterior à planta. (SODRÉ, 2003: 7-9) Posteriormente, essa divisão seria ratificada por estudos posteriores, já no âmbito universitário, como o de Júlio Katinsky, que postula claramente a divisão entre “casas bandeiristas” e casas de “tradição bandeirista”, repetindo, em linhas gerais, o esquema traçado por Saia. (Cf. KATINSKY, 1976)

Desde a morte de Saia muitos outros estudos se seguiram, sendo que alguns podem mesmo ser considerados mais influentes hoje entre os arquitetos e historiadores do que os do antigo diretor do SPHAN. Contudo, embora muitas de suas teses hoje tenham sido desconsideradas, permanecem ainda hoje a terminologia por ele cunhada e sua correspondente caracterização. De fato, tratam-se de termos tão poderosos que percebe-se hoje uma tendência a sua extrapolação para fora do campo delimitado por Saia, sendo, às vezes, (pessimamente) empregado para definir toda a arquitetura paulista anterior ao café, seja ela urbana ou rural, religiosa ou civil, colonial ou pós-independência.

À cada novo estudo sobre a casa bandeirista que sai do prelo corresponde uma nova interpretação sobre qual seria a origem desse partido, quem teria sido seu introdutor em terras paulistas, quais os hábitos de morar e os espaços de trabalho, que equipamentos e construções anexas lhe cercariam. As sucessivas interpretações se seguem sem que respostas mais seguras à tais perguntas pareçam mais próximas. De fato, a casa bandeirista já foi bem definida por um de seus maiores estudiosos como sendo uma “esfinge semi-decifrada”. (LE MOS, 1999: 21) Em grande parte, esse mistério que envolve essas arquiteturas se deve a enorme lacuna documental que o historiador da arquitetura tem que lidar quando seu assunto é o período colonial em São Paulo. Escassa é a iconografia, raros foram os viajantes que por aqui passaram e deixaram registros. Contratos e plantas também são pouco numerosos.

Frente às dificuldades em trabalhar com fontes documentais tão lacunares, se faz de suma importância uma análise cuidadosa das construções que sobreviveram a passagem do tempo e chegaram até nós. Cumpre, então, para que novos avanços possam se dar na investigação da história da arquitetura bandeirista que não só se incorpore na pesquisa histórica as materialidades desses vestígios, como que se procure sempre aumentar o rol de casas identificadas. E de fato, desde a época das investigações de Saia várias foram as casas bandeiristas que foram

identificadas, algumas já sob proteção oficial ou conservadas de forma particular por seus proprietários.

Assim, procuramos por meio desse texto apresentar perante a comunidade acadêmica a identificação de mais dois exemplares de clara filiação ao partido bandeirista, descobertas durante um trabalho de pesquisa na serra do Itapeti, que está localizada entre os municípios de Guararema e Mogi das Cruzes, constituindo-se em um verdadeiro divisor de águas, de onde nascem afluentes tanto da bacia do rio Paraíba do Sul como da bacia do Alto Tietê. Com a altitude máxima em torno de 1600m, seu relevo se caracteriza por fortes ondulações, mediadas por terrenos mais baixos, o que confere às estradas e caminhos da região feições quase labirínticas, além de tornar difícil o trajeto para veículos comuns.

No entanto, as características que tornam a serra do Itapeti um lugar único para a atuação de órgãos de pesquisa e de preservação do patrimônio cultural no estado de São Paulo são duas. Em primeiro lugar, trata-se de uma área de povoamento antigo, uma vez que foi a principal via para se alcançar o Vale do Paraíba a partir dos Campos de Piratininga e, desse modo, freqüentada pelos colonizadores desde cedo na história da ocupação do território paulista. Assim, não foi surpresa encontrar ali vestígios de ocupação primeva como sobrados coloniais e ruínas de antigas fazendas, sempre construídos em taipa de pilão, a técnica construtiva dominante durante o período colonial em São Paulo. A segunda característica que confere um aspecto singular a região é que ali, em meio a serra, a técnica da taipa de pilão ainda era utilizada para a edificação de casas, pequenas capelas rurais e outros edifícios até poucos anos atrás, sendo, provavelmente, a última região conhecida no estado onde ainda praticava-se essa técnica construtiva. Trata-se, assim, para utilizar uma formulação recente no campo da preservação do patrimônio, de uma verdadeira *paisagem cultural* em sua totalidade, abrangendo um território específico e o modo como seus habitantes o agenciam, por meio das técnicas disponíveis e de suas práticas culturais, na construção de seu modo de vida.

Foi nesse contexto local que encontramos os dois exemplares que agora trazemos à público. Percebe-se logo de início, que não se tratam de construções vinculadas às arquiteturas de terra recentes típicas da região. São exemplares que atestam uma ocupação antiga, que nos permite filiá-los a época característica do partido bandeirista.

O primeiro deles é a chamada fazenda da Estiva, localizada no município de Guararema, às margens da antiga estrada Rio – São Paulo. A ocupação das terras em que a sede está localizada data de cerca de 1680, quando se instala no local um pouso no caminho que ligava a vila de Mogi ao aldeamento da Escada e dali rumo às vilas de Jacareí e Taubaté, rio Paraíba abaixo. Contudo, não se pode afirmar ainda que a casa seja dessa data, havendo uma boa chance

de ser construção de época posterior. A implantação da casa obedece ao padrão comum às demais casas bandeiristas, com a casa localizada em uma plataforma plana, à meia altura do terreno. Ainda de acordo com o padrão regular a essas arquiteturas, a casa da Estiva apresenta o telhado em quatro águas e as paredes portantes de taipa de pilão. Embora haja paredes internas feitas com taipa de mão, temos motivos para crer que sejam obras de feitura bem posterior, uma vez que a sede apresenta sinais de ter sofrido bastantes alterações ao longo do tempo. As mais claras modificações, adequações de uma velha arquitetura aos tempos cambiantes, podem ser verificadas numa análise de sua fachada pela qual podemos ver, nos sinais evidentes de um antigo alpendre, o padrão bandeirista da faixa fronteira. Descobre-se, assim, a fachada primitiva e percebe-se que ela obedece ao padrão comum à grande parte dessas casas, que tem sua fachada fronteira voltada para o Norte/Nordeste (fig. 1). A partir daí, elaboramos uma hipótese, meramente conjectural, de como poderia ter sido a organização interna da casa (fig. 2).

A segunda casa encontrada, que merece um maior detalhamento, é a casa Botelho, em Mogi das Cruzes. Em uma primeira vista, a casa Botelho para quem tem em mente construções do porte de casas bandeiristas como o sítio Santo Antonio ou a casa do Padre do Padre Inácio, causa estranhamento. Realmente, além do tamanho mais modesto, faltam-lhe o grande telhado em quatro águas, o alpendre reentrante com os pilares em madeira-de-lei. Contudo, um olhar mais apurado revela a existência de um alpendre na fachada original da casa, posteriormente fechado: em comparação com o porte e as secções das ombreiras das janelas com vergas curvadas com a porta central e as duas janelas menores que a ladeiam, percebe-se claramente que ali havia um alpendre reentrante (fig. 3). E quanto ao telhado, existem casas bandeiristas que apresentam um telhado em duas águas, como o sítio da Ressaca e a casa do Tatuapé, ambas na capital.

Mesmo assim, o aspecto do telhado, o porte apequenado da casa e, ainda, os acréscimos de construções mais recentes anexas ao imóvel dificultam seu enquadramento no rol de casas bandeiristas, além da orientação de sua fachada ser voltada para o Sudoeste (fig. 4). Contudo, são justamente essas características que tornam a casa ainda mais interessante: o porte modesto da casa, que faz ela aparentar uma casa bandeirista “miniaturizada” faz com que sejamos levados a pensar se a casa no sítio Botelho não seria uma casa bandeirista “vernacularizada” pelo isolamento e contexto social diferente daquele do Vale do Tietê que essa tradição construtiva encontrou ao alcançar a Serra do Itapeti. Infelizmente, não nos foi possível entrar no interior da casa, tendo que nossas hipóteses fiquem restringidas ao que podemos deduzir de suas fachadas. Também não foi possível que se estabelecesse uma data estimada para a construção da casa, o que ajuda a postergar observações mais conclusivas a respeito do imóvel. Ainda assim, essa

hipótese aponta para um aspecto interessantíssimo da arquitetura da região, que faz com que a Serra do Itapeti seja um lugar especialmente promissor para a compreensão do vernacular em nossa arquitetura: o contexto social para o estabelecimento de *habitats* rurais na região do Itapeti pode ter causado uma vernacularização de padrões e partidos construtivos antes característicos da arquitetura dos grandes potentados paulistas. As casas dos grandes sertanistas ou dos grandes senhores de engenho do Vale do Tietê, acabam adquirindo proporções mais modestas, se adaptando a uma região em que os recursos técnicos eram mais escassos e aos modos de vida do proprietário de terras que está ligado a outras atividades produtivas que não o açúcar e outras culturas que caracterizam a economia da casa bandeirista.

Essas, entretanto, são palavras apressadas, proferidas antes pelo entusiasmo em tecer hipóteses e imaginar conjecturas do que pela cautela e apego à evidências mais sólidas, como o tema exige. Ainda mais descabidas se tornam quando se lembra que não é o propósito desse texto oferecer uma interpretação desses exemplares, muito menos de sua importância ou lugar dentro do rol das demais casas do partido ao qual se filiam. Tarefa legítima, mas para a qual pesquisas mais aprofundadas precisariam ser feitas. Queremos apenas trazer à luz a identificação de mais dois exemplares de casas bandeiristas, localizadas ainda em uma zona que sempre intrigou a Luiz Saia por nunca ter revelado um testemunho dessa arquitetura. Acontecimento que, além de alertar para o fato de que a descoberta de novas casas é uma tarefa que – ao contrário de estar concluída – continua em aberto, aponta para a enorme diversidade cultural que nosso território ainda guarda a esperar que se faça, finalmente, um trabalho de inventário exaustivo do nosso (cada vez mais) rico patrimônio cultural.

Referências Bibliográficas:

IPHAN, *atrimônio: 70 anos em São Paulo*. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2008.

KATINSKY, Júlio R. *Casas bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. Tese de doutorado, IG-USP, 1976.

LEMONS, Carlo A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

MARINS, Paulo C. G. *O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. 2003

SAIA, Luiz, *Arquitetura rural paulista do segundo século*. In Revista do Patrimônio Histórico e artístico Nacional, nº 8, Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1944.

_____ *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Figura 3: Fotomontagem da casa da Estiva

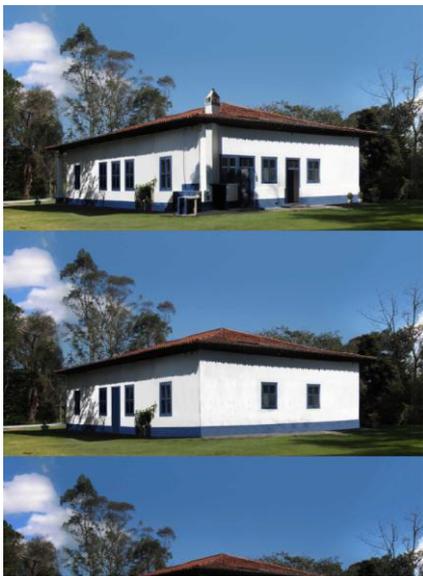


Figura 4: Desenho com a planta hipotética da casa da Estiva

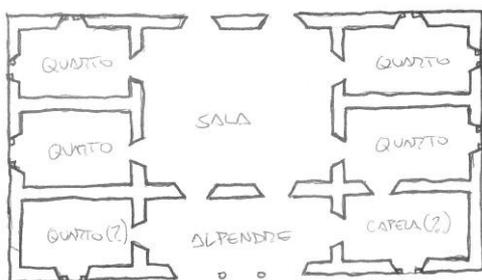


Figura 5: Foto da casa Botelho em Mogi das Cruzes.



Figura 6: Implantação da casa Botelho

